

As Assembleias de Deus e o Regime Militar: unidos contra o comunismo¹

The Assemblies of God and the Military Regime: United against Communism

Ismael Oliveira²

Resumo: Esta pesquisa pretende discutir as motivações na relação das Assembleias de Deus (ADs) com o Regime Militar na luta contra o comunismo no Brasil, utilizando-se especialmente o jornal *Mensageiro da Paz* publicado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) e estudos acadêmicos nos anos de 1964 a 1985, objetivando responder de modo provisório a seguinte pergunta: a argumentação de que o comunismo apresentava uma ameaça à fé foi sincera ou se constituiu em mero pretexto para se aliar ao Regime Militar com vista a obter benefícios próprios? Sustenta-se a hipótese que as Assembleias de Deus se aliaram ao Regime Militar na luta contra o comunismo pela convicção de que a ascensão dos comunistas ao poder representaria a transformação em vários aspectos do social, incluindo sobretudo a família tradicional e a crença em Deus, que são elementos constitutivos da identidade do crente pentecostal (não só), sem a qual a sua vida tornaria insustável.

Palavras-chaves: Assembleias de Deus; Regime Militar; Anticomunismo; Deus; Família.

Abstract: This research aims to discuss the motivations in the relationship between the Assemblies of God (Ads) and the Military Regime in the fight against communism in Brazil, using especially the newspaper *Mensageiro da Paz* published by the Publishing House of the Assemblies of God (CPAD) and academic studies in the years 1964 to 1985, in order to provide a provisional answer to the following question: was the argument that communism presented a threat to the faith sincere or was it a mere pretext

Artigo recebido em: 28 de jan de 2021

Aprovado em: 20 de dez. 2021

¹ Este artigo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

² Mestrando em Ciências da Religião pela UMESP-SP, Graduado em Teologia pela UMESP, Graduado em História pela UNINOVE.

to ally oneself with the Military Regime in order to obtain its own benefits? The hypothesis that the Assemblies of God allied themselves with the Military Regime in the struggle against communism is supported by the sincere conviction that the rise of communists to power would represent transformation in various aspects of society, including above all the traditional family and belief in God, which are constitutive elements of the identity of the Pentecostal believer (not only), without which his life would become unsustainable.

Keywords: Assemblies of God; Military Regime; Anticommunism; God; Family.

Introdução

Até a década de 1950 as literaturas e os jornais das Assembleias de Deus (ADs)³ deram maior destaque às ações de Deus na vida das pessoas comuns: batismos no Espírito, conversões e testemunhos de milagres e salvação etc.; ocasião em que os pentecostalismos eram vistos como “seita perigosa” e perseguido, sobretudo, pela Igreja Católica Romana. A principal força para o “crente” vencer esses obstáculos e também os desafios cotidianos repousava no sentimento de que Deus o amava, dando-lhe um senso de dignidade, e a confiança de que Deus estava do seu lado para fazê-lo triunfar. O envolvimento em questões políticas estava fora do raio de ação das ADs, cujo foco principal era a evangelização e salvação de “almas”, com base no entendimento de que o papel da igreja era essencialmente espiritual.

A presença pública de autoridades civis e militares, especialmente nos eventos em comemoração ao cinquentenário das ADs nos diversos estados do Brasil, a partir dos anos de 1960, marca o processo de aproximação dos políticos no círculo assembleiano, porém, segundo Adroaldo José Silva Almeida, ainda sem entrar em discussões políticas na década de 1960. Ocasões em que haviam comentários relacionadas às questões políticas, surgiram para combater o comunismo, entendido como uma ameaça à fé cristã.⁴

³ Daqui em diante utilizaremos a sigla ADs para se referir às Assembleias de Deus. Optamos pela nomeação no plural, em razão da existência de diferentes igrejas, com suas variações teológicas, litúrgicas e metodológicas, em disputa umas com as outras e, na maioria das vezes, umas contra outras, sob um único nome: Assembleias de Deus (ALENCAR, 2013).

⁴ ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “Pelo Senhor, marchamos”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016. p.109-110.

No Jubileu de Pernambuco de 1968, na 2ª edição do livro de história das Assembleias de Deus, foi registrado o discurso do Major do Exército Vilarinho Gonçalves Neto, o qual afirmou a contribuição das ADs no fortalecimento das tradições e dos valores morais e espirituais do brasileiro, contribuindo com isso no combate à “propaganda da ideologia materialista”.⁵ O apoio ao Regime Militar teve seu ponto alto nos anos de 1972 e 1973 nas publicações do jornal *Mensageiro da Paz*.⁶

É, no mínimo, intrigante um movimento até então apolítico, focado exclusivamente nas “questões espirituais”, fazer um discurso político contra o comunismo e apoiar explicitamente o Regime Militar. O que nos leva ao seguinte questionamento: a argumentação de que o comunismo apresentava uma ameaça à fé foi sincera ou se constituiu em mero pretexto para se aliar ao Regime Militar com vista a obter benefícios próprios? Este questionamento é difícil de ser respondido de modo definitivo, pelo grau de complexidade envolvendo a própria temática, mas isso não nos exige de fazer algumas proposições, com objetivo de contribuir e ampliar a discussão relacionada à relação entre religião e política.

A divisão entre religião e política foi fruto da modernidade ocidental europeia, especialmente como estratégia para superar os problemas advindos das guerras religiosas, desencadeadas não muito depois da Reforma Protestante (1517), com a quebra da unidade cristã. Essa separação foi decisiva no processo de secularização, onde a religião ficou restrita às esferas do privado e da vida pós-morte; e o poder secular com a prerrogativa das questões públicas, isto é, das questões políticas, econômicas, sociais etc. Nas palavras de Nongbri, está se tornando claro que a separação de algo chamado “religião” como uma esfera da vida idealmente separada da política, economia e ciências não é uma característica universal da história humana. No mundo antigo, os deuses estavam envolvidos com todos os aspectos da vida.⁷

As religiões de modo geral eram o princípio organizador da vida social em todas as suas dimensões, conferindo sentido último a existência humana, não havendo uma dicotomia entre sagrado e profano, isto é, as religiões não eram vistas de modo separado de outras esferas do social. Mas na modernidade ocidental europeia

⁵ ALMEIDA, Abraão de. História das Assembleias de Deus no Brasil. Rio de Janeiro: CPAD, 1982. p. 173.

⁶ ALMEIDA, 2016, p.121.

⁷ SUNG, J. M. Prosperidade sim, família homossexual, não! A nova classe média evangélica. Psicologia USP, Vol.26, Nº1, 2015. p. 45.

vimos gradualmente a religião perder força como principal referencial interpretativo e regulador da vida cotidiana, passando a ser uma rede de sentido e de interpretação entre outras áreas do conhecimento, perdendo a sua exclusividade.

Com vista a alcançar os objetivos propostos, no primeiro momento faremos um breve relato histórico sobre a trajetória do anticomunismo e seu impacto nos movimentos de rupturas políticas ao longo do século XX. No segundo momento investigaremos a relação entre o Regime Militar e a luta contra o comunismo. E, no terceiro momento, analisaremos a aliança entre as ADs e o Regime Militar na luta contra o comunismo.

1. Anticomunismo no Brasil: breve trajetória histórica

O anticomunismo se refere à luta através de palavras ou ações realizadas de modo individual ou coletivo contra o comunismo, e este “entendido como síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético”⁸

O comunismo, em sua forma heterodoxa, se tornou em uma espécie de fantasma que rondava o capitalismo e as esferas conservadoras da sociedade, especialmente em relação a Deus e à família tradicional. Ele ganhou impulso a partir da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, chegando em seu ponto alto no Brasil na crise de 1964.

Com a crise da sociedade liberal, especialmente no pós-guerra, a influência do comunismo ganhou proporções globais, alcançando a Ásia, América Latina e África, como solução ou alternativa para a crise em curso, o que representou uma ameaça real ao modelo de sociedade hegemônica, gerando, com isso, ondas anticomunistas em períodos de maior atuação do comunismo. Não obstante, sofreu seu declínio em nível mundial com a Queda do Muro de Berlim, na Alemanha Oriental, em 1989.

A maior intensificação do movimento anticomunista ocorreu no período da Guerra Fria (1947-1991), com protagonismo dos Estados Unidos, que aproveitou seu aparato bélico, estrutural e material para promover uma orquestrada guerra contra o

⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2000. p. 4.

comunismo, inclusive colocando à disposição de seus aliados os recursos políticos, ideológico e material para alcançar seus objetivos imperialista e capitalista. No Brasil, a propaganda anticomunista norte-americana foi intensificada nos anos de 1950 e 1960.

As revoluções de fevereiro e principalmente a de outubro de 1917, tiveram enormes influências nas reivindicações realizadas pelos operários no Brasil, entre 1917 e 1920, com repercussão na primeira página dos jornais. Até os anos de 1920, embora o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tenha surgido em 1922, o anarquismo ainda tinha maior destaque na opinião pública. Com isso, o comunismo ainda não era o grande vilão dos problemas de ordens política e social. Isso muda a partir dos de 1930, com o avanço do PCB e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e principalmente pela eclosão da “intentona Comunista”, de 1935, que segundo Rodrigo Patto Sá Motta, foi “a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil”, justamente em virtude dela ser uma tentativa de tomada de poder e não simplesmente reivindicações por melhoria nas condições de vida. O caso se agravou ainda mais com o noticiário nos jornais de uma suposta participação de agentes estrangeiros ligados à Internacional Comunista ou à Rússia leninista na Revolução Comunista. Para ele, “A ‘Intentona’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática”.⁹

Motta destaca o surgimento de três ondas anticomunistas no Brasil: (1) de 1935 a 1937, que marca a eclosão da Revolução Comunista, designada por seus opositores de “Intentona Comunista”, que significa “intento temerário”; (2) de 1946 a 1950, quando o PCB foi posto na ilegalidade e torna-se perseguido; e (3) a crise de 1964, que gerou o golpe militar. Para Motta:

Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda [...] Significativamente, as duas experiências autoritárias mais duradouras da história recente do país foram originadas a partir do estabelecimento de frentes anticomunistas, reunindo elementos sociais diversos (empresários, políticos, militares,

⁹ MOTTA, 2000, p. 18.

religiosos, grande imprensa etc.) em torno do combate ao ‘perigo vermelho’.¹⁰

O autor defende a ideia de um imaginário coletivo anticomunista desenvolvido no Brasil, sendo para ele o episódio de Tancredo Neves um exemplo disso. Em ocasião de sua campanha presidencial de 1984, ele foi acusado pelos seus adversários de linha política de extrema direita de ter tido ligação com os comunistas. Isso mostra a força que existia da tradição anticomunista que influía no jogo político, com objetivo de desqualificar os adversários políticos. Em seu estudo sobre as ações anticomunistas nos anos de 1917 a 1964, Motta identificou três “matrizes ideológicas” que sustentavam o anticomunismo: o liberalismo, o nacionalismo e o cristianismo ou catolicismo.¹¹

Motta chama a atenção para ao menos duas versões interpretativas presentes na bibliografia sobre o anticomunismo: (1) como manipulação de grupos nacionais e internacionais que usam o discurso anticomunista não necessariamente para combater o comunismo, mas sim como pretexto para impor seus objetivos escusos, como, por exemplo, golpes autoritários e repressão a movimentos populares; e (2) como motivações sinceras em relação à ameaça real do comunismo de tomar o poder. Para ele, a motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção sincera, que se combinaram em ações diferentes ao longo da história.¹²

Nesta pesquisa não descartamos nenhuma dessas versões interpretativas, pois estamos cientes da limitação das práticas analíticas, enquadrando-as como algo hipotético, portanto, provisório, em razão da impossibilidade de explicar os fenômenos sociais de maneira adequada, dada a complexidade envolvendo o objeto de pesquisa, que pode ser explicado de maneiras diferentes. Porém, nesta pesquisa, descartamos a motivação anticomunista como elemento significativo no apoio dos fiéis assembleianos ao Regime Militar, sem excluir outros interesses ou motivações por trás deste apoio.

2. O Regime Militar e a luta contra o comunismo

Do ponto de vista político, o Regime Militar foi implantado no Brasil em 31 de março de 1964, interrompendo o governo populista

¹⁰ MOTTA, 2000, p. 7, 14.

¹¹ MOTTA, 2000, p. 10.

¹² MOTTA, 2000, p. 10.

de João Goulart (1961-1964), aparentemente com vista a conter o avanço da corrupção e do comunismo no país e restabelecer a ordem.¹³ Para os militares, o governo de João Goulart representava a desordem e o alinhamento aos comunistas¹⁴ O golpe militar contou com o auxílio dos Estados Unidos, que temia que o Brasil se tornasse uma nova Cuba.

Os militares consideravam duas forças antagônicas no plano internacional: de um lado os Estados Unidos, representantes da democracia e do capitalismo; e, por outro lado, a União Soviética, símbolo da guerra revolucionária ou do comunismo. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “Após a Segunda Guerra, no bojo da Guerra Fria e da ascensão dos EUA à condição de potência hegemônica, os esforços do anticomunismo no país, tanto na esfera pública quanto privada, guardaram forte ligação com a política norte-americana”.¹⁵

Nesse ambiente de Guerra Fria (1947-1991), marcado pela polarização em nível global entre Estados Unidos e a antiga União Soviética, o governo de Castelo Branco (1964-1967) optou por apoiar os norte-americanos. Em seu governo foi estabelecido medidas políticas de restrição à democracia e reformas no sistema capitalista, com a pretensão de conter a ameaça do comunismo. Porém, o governo castelista contava com a forte oposição da linha dura das forças armadas, em razão de nele não ter encontrado uma postura firme contra seus inimigos, especialmente diante dos resultados negativos das eleições diretas em onze estados, no mês de outubro de 1965, onde sofreu expressiva derrota nas urnas em importantes estados como Guanabara e Minas Gerais. Diante disso, a linha dura propôs ao governo de Castelo Branco “um regime autoritário, com controle militar estrito do sistema de decisões, para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção”¹⁶

Ao longo dos 21 anos de Ditadura Militar, foram decretados vários Atos Instituições (AI), com intuito de fortalecer o poder executivo e reduzir a esfera de atuação do Congresso. Em decorrência, houve perseguição aos considerados inimigos da pátria, a democracia foi restringida, os direitos fundamentais das pessoas foram violados, mandatos políticos foram cassados, partidos

¹³ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

¹⁴ NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁵ MOTTA, 2000, p. 17.

¹⁶ FAUSTO, 2015, p. 262.

políticos foram extintos (com exceção da aliança Renovadora Nacional [Arena], da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro [MDB], da oposição), exoneração de funcionários públicos sem justificativas plausíveis etc.¹⁷

Ainda no governo de Castelo Branco, o Regime Militar promulgou uma constituição em 24 de janeiro 1967, que permitiu a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria, entre 1949 e 1966, pelos Estados Unidos. Não bastasse, estabeleceu no mesmo ano as eleições indiretas em vários níveis: presidente, governadores etc.¹⁸

Ao longo dos 21 anos de Regime Militar, depois do governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1966), ascenderam mais quatro presidentes militares no poder: Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969/1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974/1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979/1985). O ponto alto da ditadura, ocorreu em 1968 com a instituição do Ato Institucional nº5 (AI-5), sem um prazo determinado para o seu término, quando o processo de repressão e tortura se intensificou, em um período de grande agitação social local e mundial, impulsionado pelo Movimento Estudantil, ocorrido na França, em 1968. No Brasil, as manifestações ganharam ímpeto a partir da morte de um estudante pela ação policial durante um protesto na rua do Rio de Janeiro. Entre as inúmeras manifestações, a mais conhecida foi a Passeata dos Cem Mil, ocorrida em junho de 1968. A união Nacional dos Estudantes (UNE) teve um importante papel de resistência. O pernambucano dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife fez ferrenha oposição ao governo, entre outros setores representativos da igreja e da classe média¹⁹

Do ponto de vista econômico, entre 1969 a 1973, houve o que foi denominado posteriormente de “milagre econômico”, contando com um crescimento econômico exponencial e com uma inflação baixa. Os setores industriais que mais tiveram as suas atividades ampliadas foram o automobilismo, materiais elétricos e produtos químicos. Houve um grande avanço nos setores da construção civil e das telecomunicações, com a criação da ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica e a usina binacional de Itaipu. O capital estrangeiro teve significativa inserção em território nacional, principalmente da indústria automobilística. Esse avanço econômico gerou muitas

¹⁷ FAUSTO, 2015.

¹⁸ FAUSTO, 2015.

¹⁹ FAUSTO, 2015.

oportunidades de trabalho; por outro lado, gerou concentração de capitais nas mãos de poucos e o abandono dos programas sociais, acentuando ainda mais a desigualdade social.²⁰

No governo Geisel ocorreu o processo de abertura política, denominado por ele como lenta, gradual e segura, e concluído por João Figueiredo. Esse processo, marcado por avanços e recuos, não foi uma concessão por parte do governo, mas fruto de resistências e lutas da oposição.

3. As Assembleias de Deus e Regime Militar na luta contra o comunismo

As ADs cresceram em grande parte por sua leveza nas estruturas hierárquico-piramidal, por dar um grande espaço à sensibilidade e à afetividade, por sua abertura aos marginalizados, contando com 2,4 milhões de membros, de acordo com o Censo de 1991, e, em 2010 cresceu para 12,4 milhões.²¹ As ADs, com sua ênfase na experiência do batismo no Espírito Santo, considerando o falar em línguas como sua evidência inicial, reconheceram sua legitimidade de acordo com uma interpretação bíblica baseada na teologia narrativa, com atenção especial aos escritos do Novo Testamento de Lucas-Atos.

As ADs foram fundadas em 18 de junho 1911, por Daniel Berg e Gunnar Vingren, com o nome Missão da Fé Apostólica e, posteriormente, em 11 janeiro de 1918 designada oficialmente de Assembleias de Deus.²² Seus fundadores trouxeram na bagagem a experiência da reclusão social e política, em decorrência da relação negativa com o Estado na Suécia, onde a religião oficial era o luteranismo e as demais igrejas e seus membros eram postos na marginalidade, entre as quais a Igreja Batista da qual Berg e Vingren eram membros. Não muito diferente da experiência vivida na Suécia, as ADs desenvolveram-se sob forte perseguição e foi caracterizada por seu ascetismo em relação à cultura secular e absentismo político.

²⁰ FAUSTO, 2015.

²¹ FAJARDO, Maxwell. Onde a luta se travar: uma história das Assembleias de Deus no Brasil. Curitiba: Prismas, 2017. p. 23.

²² VINGREN, Ivar. Gunnar Vingren, o diário do pioneiro. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

Na segunda década de fundação das ADs, Lindolfo Anderson Martelli, em sua tese *Escatologia e Anticomunismo nas Assembleias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*, já havia percebido a construção do discurso anticomunista nos periódicos das ADs nos anos de 1927, de 1930 a 1933 e entre 1937 e 1939. E a sua retomada a partir de 1946. Os anos de 1940 a 1945, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi marcado por um discurso bastante tímido contra o comunismo. Ao que parece, as publicações seguiram na esteira das ondas anticomunistas, isto é, nos anos que o comunismo foi mais combatido.

Através dessas publicações, foram-se desenvolvendo um imaginário anticomunista assembleiano, cujas representações se concentraram em apontar as doutrinas e práticas comunistas como antirreligiosas e contra a família tradicional.²³ E não foi diferente nos de 1964 e 1967, ocasião em que o jornal *Mensageiro da Paz* teceu fortes críticas ao comunismo, pois este foi apresentado como séria ameaça à fé cristã evangélica. Em relação ao golpe militar de 1964, houve um profundo silêncio nos veículos midiáticos das ADs.

Não obstante, nos anos de 1970, as ADs passaram a apoiar explicitamente o Regime Militar, justamente na mesma década em que havia começado uma nova onda evangelística de iniciativa norte-americana com uma mensagem ideológica clara contra o comunismo: “la conversión es la alternativa contra el comunismo”.²⁴ Esse apoio declarado ao Regime Militar, ao que parece, está ligada à convergência de interesses (e porque não dizer alinhamento relacionado ao conservadorismo moral entre os dois grupos no combate ao comunismo, o que levou as ADs a participar de questões de agenda pública e, posteriormente, na década de 1980 à participação política partidária, especialmente a partir da Constituinte dos anos 1986-1988.

Com isso, podemos sustentar provisoriamente que a união das ADs com o Regime Militar girou em torno de um mesmo inimigo: o comunismo. Esse era o núcleo duro dessa aliança. No mais, imperava a pluralidade de interesses. É isso que sugere Rodrigo Patto Sá Motta: “O anticomunismo é, antes que um corpo

²³ MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e Anticomunismo nas Assembleias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁴ DROOGERS, André; KAMSTEEG, Frans (Orgs.). *Algo más que ópio: una lectura antropológica del pentecostalismo latinoamericano y caribeño*. San José, Costa Rica: DEI, 1991. p. 21.

homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade”.²⁵

José Luis Péres Guadalupe explica algumas razões na mudança do pensamento dos evangélicos que os conduziram à maior participação política em toda América Latina a partir da década de 1980 e, inclusive, a utilizar a evangelização como fins políticos, entre as quais podemos destacar: (1) o crescimento do número dos pentecostais, especialmente a partir de 1970; (2) uma nova forma de se relacionar com o mundo e com a política, provocada pelo amadurecimento das igrejas latinos americanos, pelo fracasso do comunismo e pela queda do muro de Berlim; e (3) a transição de uma escatologia pré-milenarista para pós-milenarista,²⁶ sobretudo com o surgimento de novas igrejas classificadas como neopentecostais, entre as quais, a Igreja Universal do Reino de Deus, que teve maior destaque.

Essa possibilidade de abertura político-partidária aos evangélicos, segundo Guadalupe, foi viabilizada, sobretudo, por meio da crença dos protestantes tradicionais na transformação da sociedade por meio do evangelho, na defesa dos Direitos Humanos e a construção do Reino de Deus na terra, de um mundo mais justo e igualitário no período de 1960 a 1980²⁷. Eles preparam o terreno para que os pentecostais e, principalmente, os neopentecostais assumissem posteriormente o protagonismo político na transformação do “capital religioso” em “capital político”, mas sem passar por um amadurecimento teológico e conscientização da realidade social como no caso dos protestantes tradicionais. A grosso modo, Guadalupe ressalta que o seguimento evangélico, especialmente os de linha pentecostal e neopentecostal, têm como principais características o conservadorismo político, o anticomunismo, o antiecumenismo e o anticatolicismo.²⁸

Podemos explicar a inserção tardia dos evangélicos na política no contexto latino-americano em razão de alguns fatores centrais: (1) influência do protestantismo norte-americano conservador no desenvolvimento de uma visão dualista do mundo: igreja *versus* mundo; espiritual *versus* material, cristãos (evangélicos) *versus*

²⁵ MOTTA, 2000, p. 32.

²⁶ GUADALUPE, 2017, p. 150-151.

²⁷ De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Brasil haviam 364 deputados na Câmara Federal em 1975, dos quais 13 eram evangélicos ligados ao protestantismo tradicional ou histórico ALMEIDA, 2016, p. 132.

²⁸ GUADALUPE, 2017, p. 213, 215.

pagãos (católicos) etc, estendendo essa dicotomia no campo ideológico entre o capitalismo norte-americano (de Deus) e, por outro lado, o comunismo ateu (do diabo), isto é, uma guerra entre Deus e o diabo²⁹; (2) o avanço da escatologia pré-milenarista, caracterizada por sua concepção negativa do ser humano e do desenvolvimento histórico, isto é, a concepção de que o ser humano, na condição de pecador, em nada poderá contribuir com Deus na construção de seu reinado milenar, compreendido como um período literal de mil anos, onde Jesus Cristo irá intervir na história, de modo sobrenatural, sem a participação humana e reinará, estabelecendo um governo de Paz e Justiça; e (3) se referindo mais especificamente à realidade brasileira, as experiências de marginalização cultural, social e política dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores das ADs, em 1911. Eles pertenciam à Igreja Batista, isto é, a um grupo religioso minoritário na Suécia, num contexto onde o clero luterano possuía amplos poderes em questões de Estado. Essa relação emblemática com o poder estatal, que em tudo constrangia as coletividades religiosas minoritárias, forjou a formação dos missionários suecos, gerando, conseqüentemente, uma postura de afastamento de questões políticas.³⁰

Em suma, a influência do protestantismo norte-americano conservador, essa espécie de apocalipcismo (de crença na iminente volta de Cristo), junto com a reclusão social trazidas na bagagem de Daniel Berg e Gunnar Vingren, acentuou ainda mais a apatia de muitos pentecostais frente às demandas sociais e políticas, mas que não deixavam de fazer seus protestos por meio de uma linguagem que manifestava a sua não conformidade com o mundo real onde estavam situados. Mesmo sendo uma linguagem de fuga, é uma forma de protesto.

Conforme já pincelamos, até os anos de 1970, as ADs mantiveram-se afastada da política partidária, permanecendo, de certo modo, apolítica, com seu raio de ação concentrado, exclusivamente, nas “questões espirituais”, contando com algumas vozes minoritárias em favor de um maior engajamento em questões sociais e políticas, especialmente a de Joanyr de Oliveira.

²⁹ CAVALCANTE *apud* GUADALUPE, 2017, p. 85.

³⁰ FRESTON, Paul. Breve histórico do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

No entanto, nas décadas de 1970, embora estivesse presente o absenteísmo político, houve um apoio declarado ao Regime Militar. Em 1973, na esteira da comemoração dos 150 anos da Proclamação do Brasil, na Praça do Mercado em São Paulo, foi registrado no jornal *Mensageiro da Paz* sob o título *A Assembléia de Deus em São Paulo e o Sesquicentenário*, o discurso do pastor assembleiano João Pereira de Andrade e Silva, em louvor à figura do general Emílio Garrastazu Médici:

O Presidente Médici é o legítimo Comandante de todos os brasileiros [...] Ele é um dos Comandantes da Revolução Democrática, vitoriosa em 31 de março de 1964 [...] as Assembleia de Deus filiadas ao ministério da igreja do bairro do Belém, em São Paulo, expressam hoje, nesta comemoração cívica-religiosa, o seu apoio incondicional ao Presidente Médici, ao Governador Laudo Natel, e as demais autoridades constituídas.³¹

De acordo com Adroaldo de Almeida, desde o golpe militar de 1964, o jornal *Mensageiro da Paz* ainda não havia se pronunciado a respeito do contexto político da deposição de João Goulart. Mas, em 1973, o tabu foi quebrado com a publicação do artigo de João Pereira de Andrade e Silva em defesa do Regime Militar sob o título *Jeú, o revolucionário*. Acompanhemos a sua análise:

Felizmente, no Brasil, a “REVOLUÇÃO” foi a solução melhor. Solução mais consentânea com os interesses de nosso povo. A “REVOLUÇÃO” reconduziu o país à estrada certa do seu destino, evitando que prosseguisse a caminhada para o caos que se esboçava na desordem planejada, que objetivava conduzi-lo “ao pior”, a fim de que, perfidamente, os mentores da baderna, acolitados por tantos irresponsáveis e inocentes úteis, tirassem “das águas turvas” – o melhor... para eles, deixando o Brasil, com o “pior”. Mas veio a “REVOLUÇÃO”, e com ela o “basta” para uma situação já insuportável. Não foi uma “quartelada”, porém uma eclosão do sentimento de brio da nacionalidade ofendida. Talvez, não vivamos uma democracia plena, mas tem um Regime que mais convém ao Brasil e aos brasileiros.³²

Esse momento excepcional de envolvimento em questões políticas, em apoio ao Regime Militar, nos leva à seguinte problemática: a argumentação de que o comunismo apresentava

³¹ MENSAGEIRO DA PAZ, Ano 43, n.º3, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1973, p.12.

³² MENSAGEIRO DA PAZ, Ano 43, n.º3, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1973, p. 12.

uma ameaça à fé foi sincera ou se constituiu em mero pretexto para se aliar ao Regime Militar com vista a obter vantagens?

Sustentamos a hipótese que as ADs se aliaram ao Regime Militar na luta contra o comunismo não meramente por afinidades ideológicas ou para obter benefícios próprios, como, por exemplo, a possibilidade de não sofrer perseguição ou qualquer tipo de retaliação (para isso bastava não se intrometer em questões sociais e políticas, no sentido de não se questionar o *establishment*), mas pela convicção sincera de que a ascensão dos comunistas ao poder representaria a transformação em vários aspectos do social, incluindo sobretudo a família tradicional e a crença em Deus, que são elementos constitutivos da identidade do crente pentecostal (não só), sem a qual a sua vida tornaria insustável. A pesquisa de Guadalupe sobre os principais motivos da migração dos católicos para as igrejas evangélicas latino-americanas é esclarecedora a esse respeito. Acompanhemos a tabela abaixo:³³

Razones de los latinoamericanos para dejar la Iglesia Católica	(porcentaje)
Buscan una conexión personal con Dios	81%
Disfrutaban el estilo de culto de la nueva iglesia	69%
un mayor énfasis en la moralidad	60%
Encontraron una iglesia que ayuda más a sus miembros	59%
Acercamiento por parte de la nueva iglesia	58%
Problemas personales	20%
Buscaban un mejor futuro económico	14%
Se casaron con alguien que no era católico	9%

Em suma, de acordo com os números apresentados na tabela, são três os motivos principais que atraíram os católicos aos grupos evangélicos, especialmente os de linha pentecostal: (1) a experiência religiosa; (2) a vivência comunitária; e (3) a formação doutrinal. Entre os três motivos que se retroalimentam queremos chamar a atenção para o primeiro: a experiência religiosa, que ocorre, geralmente, dentro de uma vivência comunitária, em determinado momento e como fruto de uma opção livre e pessoal, sem a qual a formação doutrinal não teria sentido. Esta experiência religiosa não é herdada de pai para filho ou adquirida pela via institucional através do batismo, mas é resultado do encontro do fiel com Deus e este é visto como um ser pessoal, que tem prazer em se relacionar

³³ GUADALUPE, 2017, p. 79.

com o crente, na convicção de que Deus o ama e está sempre ao seu lado. Isso confere um senso de dignidade para o crente pentecostal, talvez não experimentado em nenhuma outra esfera social, haja vista, a grande maioria dos pentecostais pertencer à classe empobrecida e não contar com a presença do poder público de modo mais efetivo em seu cotidiano. Em decorrência, encontra conforto e sentido existencial na esperança do amor e da presença de Deus em todo tempo e circunstância, especialmente em situações limites.

Nessa mesma linha, Roberto Marinucci, em sua pesquisa sobre os motivos por trás da mobilidade religiosa do migrante, partindo de entrevistas realizadas pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios com migrantes urbanos, em regiões – Caxias do Sul/RS, Aracaju, Manaus e Distrito Federal e entorno, se surpreendeu com inúmeros relatos apontando que os principais fatores de sua mudança de pertença religiosa está ligada à vivência comunitária, expressa na boa acolhida e solidariedade, e, também, na experiência da própria ação de Deus. Acompanhem um dos relatos descritos por Marinucci: “porque eu estava em enfermidade e Deus me curou: nossa fé que nos cura”; “como as dificuldades foram bastante, passei a crer mais no nosso senhor Jesus Cristo, porque eu sempre pedia ajuda a ele e era atendida”.³⁴

Desse modo, conforme aponta a tabela, o principal motivo da migração dos católicos para as igrejas pentecostais está ligado à experiência mítico-religiosa que os fiéis têm com Deus. Em outros termos, os fiéis buscam uma relação íntima e pessoal com o divino. Nesse sentido, as pessoas experimentam a Deus não apenas exteriormente, através dos meios de graça, mas principalmente interiormente em sua experiência pessoal e comunitária. “Nessa experiência de Deus elas experimentam sua própria, indestrutível e intransferível dignidade, de modo que conseguem erguer-se do pó”.³⁵

Especialmente, para o crente pentecostal, as histórias de Deus estão conectadas com a sua história e dão sentido a ela. É um Deus vivo, presente continuamente em sua história, através da pessoa do Espírito Santo, ressignificando suas experiências de Deus e ampliando as percepções dEle. O nível de dependência do crente

³⁴ MARINUCCI, Roberto. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto de migratório. In: Revista Estudos de Religião, v. 25, n. 41, 97-118, jul./dez. 2011. p. 102.

³⁵ MOLTSMANN, Jürgen. O espírito da vida: uma pneumatologia integral. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 15.

pentecostal em relação a Deus é intenso, especialmente nos anos de 1960 e 1970, que contava quase exclusivamente com a força de Deus para sobreviver. Em suma, Deus está presente de forma intensa nas três dimensões da vida do crente: (1) pessoal, no encontro que o fiel tem com Deus; (2) comunitária, com base no entendimento que Deus está com o grupo; e (3) doutrinal, no sentido que o grupo tem a verdade revelada por Deus.³⁶

É dentro deste cenário que encontramos, parcialmente, um dos principais motivos para a aliança das ADs com o Regime Militar que, de certo modo, representava no imaginário assembleiano um forte aliado na luta contra o comunismo e isso significava a luta em favor de Deus e dos valores conservadores ligados à sexualidade ou à família tradicional. Na tradição anticomunista, consagrou a ideia de que o comunismo representava o caos, a desordem, o ateísmo, a imoralidade sexual etc., isto é, uma afronta contra Deus (em razão de negarem a sua existência) e a família tradicional (em virtude de defenderem o divórcio, o amor livre, o aborto etc.) e, portanto, uma ameaça à própria sobrevivência da religião. Por isso, esse perigo deveria que ser combatido, nem que isso significasse o apoio ao Regime Militar.

O que estamos querendo ensaiar é que por trás desse apoio havia uma convicção sincera de que o comunismo apresentava uma ameaça real à fé e aos valores da família, haja vista haver uma tradição anticomunista ou um imaginário anticomunista acentuados a partir de 1935, com a “Intentona Comunista”, conforme já mencionamos, disseminadas nos jornais e literaturas em anos anteriores. Segundo Motta, uma dessas literaturas, publicada em 1931, por Vicente Rao sobre o *Direito de família dos soviets*, o autor mostra

[...] a realidade social soviética, que teria na destruição sistemática da instituição familiar uma característica essencial. Em sua opinião, os sucessos obtidos até então pelos agentes bolchevistas no Brasil deviam-se ao fato de esconderem tão importante aspecto do comunismo, as transformações na ordem moral e na organização da família.³⁷

Nesse sentido, as ADs surfaram nessa onda anticomunista, contando com um tipo de incentivo interno, isto é, dos militares, e outro, externo, oriundo dos norte-americanos a partir dos anos 50 e

³⁶ GUADALUPE, 2017, p. 71.

³⁷ MOTTA, 2000, p. 28

60,³⁸ quando eles passaram a exercer forte pressão sobre as potências externas no combate ao comunismo e intensificar as campanhas anticomunistas na América Latina, poucos anos depois de romper definitivamente os laços com a URSS, através da Doutrina Truman e do Plano Marshall, a partir de 1947, marco inicial do início da Guerra Fria. Segundo Motta “A ofensiva político-ideológica dos norte-americanos tendeu a concentrar-se, então, nos setores mais receptivos e tradicionalmente comprometidos com o anticomunismo, como as forças armadas e policiais, os religiosos e os políticos conservadores”.³⁹ É principalmente na esteira do anticomunismo que se enquadra a aliança das ADs com o Regime Militar.

Considerações finais

Vimos nesta pesquisa que os membros das ADs têm como grandes pilares de sustentação de sua caminhada cristã Deus e a família tradicional, sem os quais o crente assembleiano perde o chão, supondo colocar em risco a sua própria sobrevivência. Nesse sentido, o comunismo, no imaginário assembleiano, representou uma ameaça seríssima de destruição desses pilares e, portanto, um atentado à sua própria vida e de seus pares. É sobretudo na defesa do Deus pessoal e da família tradicional que entendemos o pacto das ADs com o Regime Militar contra um mesmo inimigo: o comunismo.

Esperamos que esta pesquisa tenha contribuído para a reflexão entre religião e política, embora reconheçamos não ser possível esgotar todos os temas que versa sobre este amplo assunto. Portanto, fica o desafio para que outros/as estudiosos/as possam explorar ainda mais e cooperar com suas contribuições nessa área.

Referências

³⁸ Do ponto de vista da educação cristã, os americanos exerceram forte influência nas ADs do Brasil, especialmente a partir dos anos 1950, com o projeto de modernização da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), com a ajuda do dinheiro e mãos de obra especializada vinda dos Estados Unidos e, posteriormente, com diversas literaturas norte-americanas traduzidas para o português e publicadas pela CPAD (ARAUJO, 2015, p. 415).

³⁹ MOTTA, 2000, p. 18.

- ALENCAR, Gedeon Freire de. *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2013.
- ALMEIDA, Abraão de. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “*Pelo Senhor, marchamos*”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016.
- ARAÚJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2015.
- DROOGERS, André. Visiones paradójicas sobre una religion paradójica. Modelos explicativos del crecimiento del pentecostalismo en Brasil y Chile. In: BOUDEWIJNSE, Barbara; DROOGERS, André; KAMSTEEG, Frans (Orgs.). *Algo más que ópío: una lectura antropológica del pentecostalismo latinoamericano y caribeño*. San José, Costa Rica: DEI, 1991.
- FAJARDO, Maxwell. *Onde a luta se travar: uma história das Assembleias de Deus no Brasil*. Curitiba: Prismas, 2017.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FRESTON, Paul. Breve histórico do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUADALUPE, Luis José. *Entre Dios y el César: El impacto político de los evangélicos en el Perú América Latina*. Lima: KAS-IESC, 2017.
- MARINUCCI, Roberto. *Reconfiguração da identidade religiosa em contexto de migratório*. In: Revista Estudos de Religião, v. 25, n. 41, 97-118, jul./dez. 2011.
- MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e Anticomunismo nas Assembleias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.
- MENSAGEIRO DA PAZ, Ano 43, n.º3, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1973.
- MENSAGEIRO DA PAZ, Ano 43, n.º3, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1973
- MOLTMANN, Jürgen. *O espírito da vida: uma pneumatologia integral*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*.). Tese (Doutorado em

História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: *história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

SUNG, J. M. *Prosperidade sim, família homossexual, não!* A nova classe média evangélica. *Psicologia USP*, Vol.26, N°1, 2015, p. 43-51.

VINGREN, Ivar. *Gunnar Vingren, o diário do pioneiro*. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.